

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº , DE 2019 (Da Sra. Marília Arraes)

Solicita a realização de Seminários em conjunto com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo para debater o Direito da Mulher à cidade.

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 24, III, 32, VII, 117, inciso VIII, e 255 a 258 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam realizados Seminários em conjunto com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e a Bancada Feminina para debater sobre O Direito da Mulher à cidade.

Para tanto, solicito a realização dos seguintes Seminários:

- Florianópolis/SC;
- Aracajú/SE;
- Recife/PE
- Porto Alegre/RS;
- Rio Branco/AC;
- Salvador/BA;
- Brasília/DF
- São Paulo/SP.

JUSTIFICAÇÃO

Os Seminários “O Direito da Mulher à cidade” trata-se de evento proposto pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em parceria

com as Comissões de Desenvolvimento Urbano (CDU) e Bancada Feminina da Câmara dos Deputados.

O CAU busca provocar a reflexão sobre o papel das arquitetas no desenvolvimento das cidades, ante um cenário de crescimento quantitativo de mulheres na profissão. Assim, para além de oferecer visibilidade à contribuição das mulheres, que representam hoje 63% do contingente profissional da arquitetura e urbanismo, esta perspectiva permitirá expandir o diálogo sobre o direito à cidade e o acolhimento de todos e todas em seus espaços.

O arquiteto espanhol e professor da Escola Técnica de Ensino Superior de Barcelona Josep Maria Montaner observa que a estrutura urbana se mantém e se transforma com prioridade para atender a demanda do capital e as prioridades masculinas. Assim, a cidade é desenhada para atender o fluxo dos homens, em idade média, no auge de sua capacidade produtiva, com trabalho estável e bem remunerado que lhe permite ter carro, deixando as demandas das mulheres, jovens, idosos, crianças e deficientes físicos à margem das prioridades do investimento público. Este retrato oferece uma dimensão da potencialidade da arquitetura e do urbanismo na construção de um modelo de cidade e sua capacidade de incluir a todos.

A história das mulheres pode ser sintetizada como uma história de luta constante pelo direito à emancipação política e pelo direito à cidadania. A própria inserção da mulher no meio urbano é uma importante dimensão do avanço pela conquista por mais espaço e pela participação no fluxo produtivo da sociedade contemporânea. É preciso destacar a participação da mulher na construção do território e a possibilidade de revisão da realidade, permitindo que se lance uma nova construção, pautada na visibilidade e protagonismo em defesa de suas demandas na cidade. Com isso, possibilitar a construção de cenários em que as mulheres possam alcançar o direito de circular com segurança, acessar todos os lugares que desejarem, dispor de equipamentos públicos que atendam às demandas oriundas das atividades com a reprodução, ter espaço para empreendedorismo e participação política. E, assim, ver diluídos os limites que determinam o vínculo da mulher com o

espaço privado e ampliar sua condição de ser parte do espaço público e político da cidade.

As demandas das mulheres no planejamento urbano não implicam fazer uma cidade especializada unicamente para as mulheres, excluindo o lugar e as necessidades dos outros cidadãos, mas sim afirmar uma perspectiva que representa uma nova abordagem de inclusão, do olhar, da opinião, da percepção e da contribuição das mulheres na construção da cidade contemporânea, trazendo uma nova dimensão ao desenvolvimento da cidade e da sociedade.

Ampliar o universo da cidade é alcançar um caminho transversal para a aplicação de políticas públicas em busca de atender à diversidade e à melhoria da qualidade de vida da sociedade. Enfrentar este desafio é dar resposta as Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas em seus Objetivos Globais nºs. 5 e 11 – “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” e “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”.

Ante o exposto, objetiva-se a participação e o envolvimento de deputadas, representantes legítimas eleitas por meio do voto, para a condução dos debates. A realização dos encontros, em diferentes regiões do País, busca como público alvo arquitetas e urbanistas, além de profissionais de outras áreas da infraestrutura e estudantes, para compartilharem experiências profissionais, produção científica, bem como soluções inovadoras para as cidades pensadas por elas e para elas.

Objetiva-se que o evento seja um vetor no processo de expansão da participação feminina na Arquitetura e Urbanismo, seja na formação ou na produção das cidades como espaços de acolhimento da mulher, bem como de todos os excluídos, e não de repressão, atendendo à missão regimental da CDU da Câmara dos Deputados e da missão institucional do CAU de levar Arquitetura e Urbanismo para todos.

Pelo exposto, requiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais e ouvido o plenário desta Comissão, a aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2019.

Deputada **MARÍLIA ARRAES**

PT/PE